

## **CARNEIRO, HUGO RIBEIRO**

\*dep. fed. CE 1921-1923; gov. AC 1927-1930; const. 1946; dep. fed. AC 1946-1955.

*Hugo Ribeiro Carneiro* nasceu em Belém no dia 28 de julho de 1889, filho de Joaquim Soares Carneiro e de Hercília Ribeiro Carneiro.

Estudou no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, inicialmente no Ginásio Nacional (hoje Colégio Pedro II) e depois no Ginásio São Bento e no Colégio Bôscoli. Ingressou a seguir na Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro, da qual saíria bacharel em ciências jurídicas e sociais em janeiro de 1911. Ainda acadêmico foi funcionário da Fazenda Federal, função que desempenhou até 1910.

Já formado, transferiu-se para o Acre, onde permaneceu até 1916, desempenhando os cargos de juiz municipal e juiz de direito da comarca de Tarauacá. Nesse período foi também encarregado de concluir o inquérito para apontar os responsáveis pela morte do general Plácido de Castro, líder da revolução que proclamara a independência do Acre em julho de 1899.

Em 1916 retornou ao Rio de Janeiro, onde abriu banca de advogado com Justiniano Serpa, então deputado federal pelo Pará (1915-1920), e ingressou no comércio de perfumes, fundando as Perfumarias Carneiro. Com a eleição de Serpa para a presidência do estado do Ceará, transformou-se em seu secretário particular, o que determinou seu ingresso na política. Assim, em 1921 foi eleito deputado federal pelo Partido Democrata do Ceará. Tomou posse em maio e no ano seguinte assumiu a Secretaria da Câmara dos Deputados. Em 1923, ao final do mandato, foi nomeado pelo governo do presidente Artur Bernardes (1922-1926) superintendente municipal de Manaus, durante a intervenção federal no estado do Amazonas. Quatro anos depois, em 1927, foi nomeado pelo presidente Washington Luís (1926-1930) governador do então território do Acre. Com a Revolução de 1930, exonerou-se e passou a se dedicar à iniciativa privada.

Em maio de 1937 foi representante da Legião Autonomista Acreana na convenção de lançamento da candidatura de José Américo de Almeida à sucessão do presidente Getúlio Vargas nas eleições previstas para 1938, que foram suspensas com a implantação em novembro de 1937 do regime do Estado Novo (1937-1945).

Em 1945, foi eleito presidente do Sindicato dos Lojistas do Rio de Janeiro. Retornando à atividade política após a queda do Estado Novo (29/10/1945) elegeu-se em dezembro desse

ano deputado à Assembleia Nacional Constituinte pelo território do Acre na legenda do Partido Social Democrático (PSD). Assumindo sua cadeira em fevereiro de 1946, participou dos trabalhos constituintes e, após a promulgação da nova Carta (18/9/1946), passou a exercer mandato ordinário. Nesse período exerceu a liderança de sua bancada na Câmara, integrou a Comissão Especial de Valorização da Amazônia e foi vice-presidente da Comissão de Indústria e Comércio. Em outubro de 1950 concorreu à reeleição na mesma legenda e obteve uma suplência. Assumiu, entretanto, o mandato, em virtude de sentença do Supremo Tribunal Federal (STF), permanecendo na Câmara até o fim da legislatura, em janeiro de 1955.

Foi diretor da Liga de Comércio do Rio de Janeiro e da Associação Comercial do Rio de Janeiro. Escreveu trabalhos jurídicos esparsos, artigos sobre o território do Acre e sobre territórios federais.

Faleceu na cidade do Rio de Janeiro, no dia 9 de julho de 1979.

Era casado com Adélia de Freitas Carneiro, com quem teve cinco filhos.

FONTES: CÂM. DEP. *Deputados*; CISNEIROS, A. *Parlamentares*; *Diário de Notícias*, Rio (26/5/1937); *Diário do Congresso Nacional*; *Encic. Mirador*; *Grande encic. Delta*; HIRSCHOWICZ, E. *Contemporâneos*; *Ilustração Brasileira*; *Jornal do Brasil* (10/7/79); NÉRI, S. 16; PEIXOTO, A. *Getúlio*; ROQUE, C. *Grande*.